

Ana Catarina Neves da Silva

**DROGA E CRIME: TRAJETÓRIAS PRESENTES  
NA POPULAÇÃO RECLUSA PORTUGUESA DA ZONA NORTE**

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2016



Ana Catarina Neves da Silva

**DROGA E CRIME: TRAJETÓRIAS PRESENTES  
NA POPULAÇÃO RECLUSA PORTUGUESA DA ZONA NORTE**

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2016

Ana Catarina Neves da Silva

**DROGA E CRIME: TRAJETÓRIAS PRESENTES  
NA POPULAÇÃO RECLUSA PORTUGUESA DA ZONA NORTE**

---

(Ana Catarina Neves da Silva)

Projeto de Graduação apresentado à  
Universidade Fernando Pessoa como  
parte dos requisitos para obtenção do  
grau de Licenciado em Criminologia sob  
orientação da Professora Doutora Glória  
Jólluskin.

Porto, 2016

## **Resumo**

O presente projeto de graduação centra-se nas trajetórias desviantes droga-crime de reclusos portugueses a cumprir pena de prisão por crimes relacionados com droga, seja por consumo ou tráfico, propondo-se a realização de um estudo quantitativo. Assim, tem-se como objetivo central a análise das trajetórias desviantes droga-crime propostas por Agra e Matos (1997), com base na história da vinculação social, do consumo de drogas, da atividade desviante e do contacto com o controlo social formal do recluso. De uma forma mais específica, pretende-se: i) caracterizar as trajetórias desviantes dos reclusos de acordo com a tipologia dos referidos autores; ii) determinar diferenças entre a amostra escolhida e a amostra de Agra e Matos (1997) a nível da trajetória desviante referente. Para tal, será administrado um inquérito suportado pela técnica de questionário, aos reclusos a cumprir pena em estabelecimentos prisionais portugueses na zona norte.

Em termos de resultados, é esperado que estes coincidam com o objetivo central proposto, nomeadamente com as trajetórias desviantes droga-crime de Agra e Matos (1997), esperando-se uma boa adesão por parte dos reclusos. Em jeito de conclusão, procurar-se-á refletir sobre as potencialidades e limitações da presente proposta de investigação, assim como delinear pistas para a investigação futura neste domínio.

## **Palavras-Chave:**

Trajetoórias droga-crime, reclusos, comportamento desviante, consumo de drogas, prisões portuguesas.

## **Abstract**

This graduation project focuses on drug-crime trajectories of Portuguese prisoners either serving time for drug-related offences, through consumption or trafficking, by conducting a quantitative study. Thus, it has as central objective the analysis of the drug-crime deviant trajectories proposed by Agra e Matos (1997), based on the binding's social history of drug use, deviant activity and contact with the formal social control of the inmate. More specifically, is intended: i) characterize the deviant paths of prisoners according to the typology of these authors; ii) determine differences between the sample of Agra e Matos (1997) and the sample in this study in terms of deviant trajectories.

To this end, will be administered a survey supported by questionnaire, to inmates serving time in Portuguese prisons. It is expected that the results coincide with the central objective proposed, in particular with deviant criminal drug trajectories of Agra e Matos (1997). It is expected a good adhesion by the inmates to this purpose. It will be sought to reflect on the potential and limitations of the proposed research, as well as outlining ideas for future research in this area.

## **Key Words:**

Drug-Crime trajectories, inmates, deviant behavior, drug use, Portuguese prisons.

*Ao meu avô.*

## **Agradecimentos**

Para que a realização deste projeto se tornasse possível, tive o privilégio de contar com o auxílio e apoio de várias pessoas, todas elas importantes, às quais venho aqui expressar os meus sinceros agradecimentos:

Em primeiro lugar, quero agradecer às pessoas mais importantes da minha vida, os meus pais, o meu irmão e a minha avó. Sem eles não seria possível estar aqui neste momento. Quero agradecer por todas as oportunidades que me deram, pelo exemplo que são para mim e por sempre me incentivarem a alcançar os meus objetivos. Não há palavras ou ações que cheguem para expressar toda a minha gratidão! São os melhores do mundo!

À Universidade Fernando Pessoa, pela fantástica experiência académica e por ter contribuído para o meu crescimento, tanto pessoal como académico. É um orgulho poder dizer que é a minha casa. “Só para dizer, que até morrer, Fernando Pessoa te amarei!”

A todos os docentes deste fantástico curso, pelo conhecimento transmitido e por demonstrarem ser excelentes profissionais. Obrigada por terem contribuído para o meu futuro enquanto Criminóloga. Foi, sem dúvida, um privilégio!

Ao Cristiano, por sempre se mostrar disponível para me socorrer nas horas de maior stress e por mostrar que há sempre um caminho a seguir. Pelo apoio incondicional, pelo exemplo a seguir enquanto Criminólogo e por ser o melhor padrinho da academia.

Aos meus amigos, a família que eu escolhi, pelo apoio e incentivo. Por momentos de descontração e por momentos de motivação. Pela competição saudável. Por serem quem são, os melhores.

Ao Nuno, por nunca me deixar desistir, por sempre acreditar em mim e nas minhas capacidades, até quando eu não acreditava. Pelo apoio incondicional, por estar do meu lado nos bons e maus momentos. Amo-te.

## Índice

Introdução.....	9
Capítulo I – Enquadramento teórico.....	11
1.1. Explicações teóricas sobre a relação droga-crime.....	12
1.1.1. Relação causa-efeito.....	12
1.1.2. Determinismo Causal.....	13
1.1.3. Perspetiva Estruturalista.....	15
1.1.4. Perspetiva Procesual.....	16
1.2. Trajetórias desviantes propostas por Agra e Matos (1997).....	18
1.2.1. Delinquentes/toxicodependentes.....	18
1.2.2. Especialistas droga-crime.....	19
1.2.3. Toxicodependentes/delinquentes.....	19
1.3. Contextualização do fenómeno droga em meio prisional.....	20
1.4. Intervenção no âmbito da toxicodependência em Estabelecimentos Prisionais.....	22
Capítulo II – Estudo Empírico.....	25
2.1. Metodologia.....	26
2.1.1. Caracterização da amostra.....	26
2.1.2. Descrição da metodologia.....	27
2.1.3. Procedimento.....	28
2.2. Resultados esperados.....	28
2.3. Possível discussão de resultados.....	29
Conclusão.....	31
Bibliografia.....	33
Anexos.....	37

## **Introdução**

Em todo o mundo a droga é reconhecida como fenómeno global. E em diversas sociedades determinava-se que certas substâncias só seriam consumidas por particulares grupos de pessoas, em contextos específicos, passando a ser considerado um problema a analisar. As diferenças contextuais e culturais eram justificadas em função das substâncias existentes nesse meio, do tipo de pessoas que as consumiam e dos motivos que incentivavam o consumo das mesmas.

Na literatura especializada, além de ser admitido que o uso de substâncias psicoativas pode estar relacionado com os padrões de consumo abusivo e dependente, é reconhecido também que esta prática surge frequentemente ligada ao crime (Agra, 2008; Brochu, 1997). Apesar de a ligação entre droga e crime ser amplamente reconhecida, quando se trata de explicar a natureza da ligação entre os dois fenómenos, persiste uma falta de consenso entre teorias e autores, uma vez que uns defendem que a droga causa o crime e outros referem uma relação correlacional. De modo a explicar esta ligação, vários modelos têm sido propostos ao longo do tempo. Genericamente, estes podem ser agrupados em modelos causais, que defendem uma relação causal, simples e direta entre fenómenos; e modelos correlacionais, que negam uma causalidade linear (Agra, 2008).

Em Portugal, a ligação entre os fenómenos droga e crime, constitui um tema que ocupa os discursos políticos, sociais e sobretudo científicos, no entanto, os estudos relacionados com esta temática revelam-se poucos. O programa mais importante de estudos realizado em Portugal, envolveu a realização de uma série de investigações, com distintas dimensões de análise. Uma delas, realizada por Cândido Agra e Ana Paula Matos, em 1997, que já conta com mais de uma década, foram identificadas três trajetórias desviantes – delinquentes/toxicodependentes, especialistas droga-crime e toxicodependentes/delinquentes -, sendo estas caracterizadas com base na história da vinculação social, no consumo de drogas e respetiva atividade desviante e no contacto com o sistema de controlo social formal.

Atendendo a que a produção científica sobre esta temática se revela escassa no nosso país, o objetivo deste trabalho assenta na análise das trajetórias desviantes droga-crime propostas por Agra e Matos (1997), a partir da aplicação de inquéritos a reclusos portugueses a cumprir pena por crimes relacionados com droga e que não apresentem anomalias psíquicas. Em concreto, pretende-se caracterizar as suas trajetórias desviantes de acordo com a tipologia proposta pelos supra referidos autores, comparar e analisar eventuais diferenças com a amostra do estudo de Agra e Matos (1997). A escolha deste estudo de Cândido Agra e Ana Paula Matos, realizado em 1997, incidiu sobre o facto de ser um dos mais importantes programas de estudos português acerca do fenómeno droga-crime.

O presente projeto encontra-se dividido em duas partes. A primeira parte é relativa ao enquadramento teórico, onde se encontra desenvolvida a temática do fenómeno droga-crime, nomeadamente as explicações teóricas existentes, bem como as trajetórias desviantes propostas por Agra e Matos (1997). Abordam-se ainda a intervenção no âmbito da toxicoddependência em estabelecimentos prisionais e a contextualização do fenómeno droga em meio prisional.

Quanto à segunda parte deste projeto, é caracterizada pelo estudo empírico, que contempla a proposta de investigação. Encontram-se especificados os objetivos, a metodologia e a respetiva caracterização da amostra, bem como os procedimentos, instrumentos adotados e resultados esperados para este estudo. Por fim, apresenta-se uma reflexão sobre as limitações e as potencialidades da presente proposta de investigação.

---

**Capítulo I – Enquadramento teórico**

## **1.1. Explicações teóricas sobre a relação droga-crime**

### **1.1.1. Relação causa-efeito**

O dualismo droga-crime não é o único existente. Muitos autores questionam-se sobre a existência de uma outra dualidade, a crime-droga, mostrando que não são só os comportamentos criminosos que advêm dos consumos de droga, mas também a possibilidade dos consumos de droga poderem ser consequência dos comportamentos delituosos (Otero-López, 1997; Negreiros, 1997; Nunes, 2010; Agra, 1993, 1997).

Relativamente ao fenómeno droga, existem diversas teorias que procuram explicar o porquê do consumo de substâncias psicoativas, no entanto só algumas possuem a habilidade de relacionar os consumos com o comportamento desviante. De facto, a ideia que prevaleceu durante um longo período de tempo foi que a droga, mais propriamente o seu consumo, estaria na origem desses comportamentos (Nunes, 2010). Esta dualidade (droga-crime) resultou em três distintas vertentes explicativas, sendo a primeira explicada com base nos efeitos desinibidores das substâncias, pelo que o crime seria praticado sob o efeito destas (Nunes, 2010). A segunda vertente que compõe esta dualidade centra-se na necessidade emergente no indivíduo de obter recursos para manter o consumo. Por último, é referido a subcultura de mercados ilícitos de droga, cujas normas levam a que o indivíduo desenvolva comportamentos antissociais (Brochu, 1996; 1997; 2006 *cit. in* Nunes, 2010).

Quanto à dualidade inversa acima referida, crime-droga, admite-se que os consumos se iniciam devido à subcultura desviante em que o indivíduo se encontra inserido (Nunes, 2010), referindo-se apenas a uma etapa na trajetória desviante do sujeito (Bean, 2004; Bennett e Holloway, 2005; Hammersley, 2008; Otero, 1994 *cit. in* Nunes, 2010).

### 1.1.2. Determinismo Causal

A teoria do determinismo causal assenta na ideia de que o consumo das substâncias psicoativas leva os sujeitos ao cometimento de atividades criminosas ou, contraditoriamente, o mundo do crime é que os conduz aos trilhos dos consumos de drogas. Assim, encaixando-se nesta teoria, foram desenvolvidos quatro abordagens tendo como base as drogas como fenómeno causador das práticas criminosas (Agra, 1997). Deste modo, como primeira abordagem, encontra-se o modelo psicofarmacológico que defende que o consumo de substâncias transporta o sujeito para estados de desinibição que, por sua vez, o levam à aquisição de substâncias. Chalub e Telles (2006), de modo a consolidar a versão deste modelo, efetuaram uma pesquisa onde puderam comprovar que a ocorrência de atos desviantes se verificava aquando da presença de substâncias nos agressores e/ou vítimas, frisando ainda que é necessário fazer referência aos fatores orgânicos, socioculturais e de personalidade (Nunes, 2010).

Contudo, este modelo apresenta um carácter limitativo, uma vez que não se ode reduzir as motivações de toda a diversidade de manifestações agressivas à ingestão de determinada substância psicoativa (Brochu, 1997).

Uma outra abordagem, inserida na teoria do determinismo causal, é a económico-compulsiva (Nunes, 2010), remetendo o ato criminoso como forma de garantir a manutenção do consumo de substâncias (OEDT, 2009). Se se recuar até aos anos setenta, em Portugal não existiam indicadores de crimes associados ao consumo de drogas, no entanto, assim que começaram a aparecer os primeiros indícios, os crimes correspondiam a assaltos a farmácias para a apropriação de medicamentos. Segundo Poiares (1998), estes assaltos tinham como objetivo a angariação de fundos para a sua subsistência, tornando-se por isso numa questão criminal e não uma atitude desviante fruto do consumo de estupefacientes. Um estudo realizado por Goldstein (1979) junto das prostitutas de Nova Iorque constatou a existência de uma correlação positiva entre a prática de crimes violentos e a abstinência de substâncias psicoativas.

Esta conclusão sugere que, devido à coesão dos poderes e das instituições, é colocado em causa a existência de circuitos de oferta e procura, transformando assim os seus agentes em transgressores. Dado isto, surgiram duas modalidades específicas de crime: a dos vendedores e das organizações em que se inseriam, relacionados com

crimes de natureza aquisitiva (furto e roubo), assegurando deste modo a manutenção do consumo, verificando-se uma renovação da criminalidade económica (colarinho branco) (Agra, 2008). No entanto, este modelo demonstra-se reducionista, no sentido de não explicar, por exemplo, o fator propulsor que motiva o sujeito a cometer crimes antes de consumir drogas (Parent & Brochu, 1999 *cit. in* Nunes, 2010).

O modelo sistémico é outro modelo que se enquadra na teoria do determinismo causal, defendendo que os consumidores se mobilizam onde a existência de territórios de mercado ilícito (Nunes & Jólluskin, 2007) fomentava particular agressividade, levando assim à aquisição de condutas criminosas. A explicação para a criminalidade estaria na violência associada ao mercado ilícito do consumo de drogas (Brochu, 1997).

Neste modelo o enfoque é colocado na dinâmica social estabelecida na subcultura associada ao comércio e consumo de drogas como promotora de comportamentos criminais - especialmente no que tange ao tráfico de drogas, a necessidade de eliminar a concorrência no mercado ilícito, assim como a cobrança de dívidas, poderão concorrer para a prática de violência (Goldstein, 1985).

Contudo, neste modelo também se encontra um reducionismo do fenómeno, uma vez que a influência desta subcultura é atravessada por outros elementos, sejam estes direta ou indiretamente implicados (Nunes, 2010).

O modelo tripartido, de Goldstein, congregou em si os aspetos referidos nos modelos descritos anteriormente. Este modelo focaliza-se nos seguintes elementos: efeitos psicofarmacológicos, elevados custos de substâncias e violência na subcultura dos mercados ilegais (Nunes, 2010). Desta forma, o modelo de Goldstein refere que o dualismo droga-crime pode tomar três caminhos distintos e em cada um desses apresentar diferentes vítimas, motivos e substâncias (Goldstein, 1995; Goldstein, Bellucci, Spunt & Miller, 1991 *cit. in* Nunes, 2010). Contrariamente à ideia transmitida pelo senso comum, nem todas as drogas estão associadas ao crime e nem todos os crimes associados à droga ou ao seu consumo (Nunes, 2010).

### 1.1.3. Perspetiva Estruturalista

Na perspetiva estruturalista subsiste a vertente da causalidade não linear mas correlacional (Nunes, 2010), defendendo que a relação da droga com o crime não surge naturalmente, mas mediante interpretações motivadas pela interação que o sujeito procura na sociedade (Agra, 1997a). Desta forma, esta perspetiva promoveu uma maior aproximação às reais explicações da ligação droga e crime, sendo fundado na relação estrutural existente entre comportamentos.

Desta teoria faz parte o síndrome geral da desviância, que representa o desvio como a resultante do funcionamento de aspetos estruturais, que levam ao desenvolvimento de comportamentos antissociais, como o consumo de drogas e o crime (LeBlanc, 1996; 1999 *cit. in* Nunes, 2010). Assim, é possível perceber que a ocorrência dos dois comportamentos deriva da eventual rotura em relação à sociedade normativa e da negação da norma instituída (Agra, 1996; Brochu, 2006 *cit. in* Nunes, 2010).

Numa vertente psicopatológica, a toxicoddependência é encarada como uma doença crónica, com base no desenvolvimento da patologia (Nunes & Jólluskin, 2007), alicerçada na busca da explicação para a relação entre droga e crime, acabando por assentar na procura de características disfuncionais de cada um, encontrando problemas tendentes à manifestação de comportamentos desviantes (Agra, 1997b).

Quanto à vertente sociocognitiva, inserida ainda nesta perspetiva, a relação droga-crime é considerada artificial, sendo construída através da interação social conjuntamente com a componente cognitivo-afetiva (Agra, 1996 *cit. in* Nunes, 2010).

Apesar da maior aproximação às eventuais explicações sobre o fenómeno droga-crime, proporcionada através desta perspetiva estruturalista, existem aspetos que ainda se encontram por explicar (Nunes, 2010). Contudo, não será apenas a partir de fatores biológicos que se chegará à explicação do fenómeno em causa, uma vez que qualquer comportamento, incluindo o comportamento desviante, é considerado com inúmeros processos que se encontram em complexa interação.

#### **1.1.4. Perspetiva Processual**

Esta perspetiva surge tendo em conta os elementos ligados aos estádios progressivos de comportamentos anteriormente abordados, não deixando de parte a existência de diferentes estilos de vida que poderão, de certa forma, influenciar o sentido devidamente estabelecido (Agra, 2008).

O modelo de LeBlanc assenta sob dois pontos de vista: no primeiro, a socialização é assumida como um processo muito importante para o desenvolvimento moral do sujeito, sendo que o papel fulcral neste desenvolvimento é desempenhado pela família (Wikstrom & Sampson, 2003 *cit. in* Nunes, 2010); o segundo ponto de vista aliado a este modelo é referente aos processos de aprendizagem para a construção de uma carreira desviante, através da observação dos comportamentos de indivíduos semelhantes (Nunes, 2010).

O modelo de Faupel (1991), inspirado em Becker e Goffman, contaria a dualidade droga-crime e opõe-se à dualidade contrária, sendo baseado apenas no conceito de carreira (Agra, 1996; 1999 *cit. in* Nunes, 2010). A progressão nos estádios que surgem no conceito de carreira mencionado anteriormente, presenteia-se com diferentes semblantes, sendo estes a disponibilidade de substância, as motivações que o levam à busca do consumo, os conhecimentos, as técnicas e as competências do sujeito relativamente ao ato desviante (Agra, 2008). Estas componentes patenteiam uma ligação com iniciação do consumo de drogas, que se apoderam da vida do sujeito, compactuando com a normalidade comportamental.

No entanto, o estilo do indivíduo em que ocorre o fenómeno abordado consiste numa junção dos dois comportamentos, não sendo necessariamente a união do estilo criminoso com o estilo toxicodependente, mas sim uma convergência de características específicas (Nunes, 2010). Estes indivíduos apresentam trajetos de vida vinculados pela persistente aproximação ao comportamento desviante. Segundo Agra (2002), a associação do comportamento criminoso com o consumo de droga não é produzido acidentalmente e, conseqüentemente, não obedece a qualquer sequência ou ordem de acontecimentos.

A formação droga-crime, de acordo com Agra (2002), apresenta quatro estados de evolução: o estado de expressão operotrópica, o estado de circularidade oclusiva, o estado de integração e o estado de implosão. O primeiro estado é caracterizado pela aproximação dos dois comportamentos, sendo que ainda não é visível uma interação entre eles. Neste estado, de expressão operotrópica, o vínculo social e a estrutura de vida dão lugar, progressivamente, a um novo estilo de vida do sujeito, baseado maioritariamente nestes dois comportamentos (Nunes, 2011).

No estado de circularidade oclusiva verifica-se um consumo agravado, seguido de uma prática delituosa mais persistente, levando à formação de uma estrutura onde imperam as vertentes droga/delinquência e delinquência/droga (Nunes, 2011). Deste modo, e através da emergente convergência dos dois comportamentos, é formado um estilo de vida concreto e guiado pelas duas condutas. Assim, o sub-estilo delincente é caracterizado pelo consumo de drogas enquanto fonte de prazer e o sub-estilo toxicod dependente caracteriza-se pela consumação de atos delituosos para o sustento dos consumos.

No terceiro estado, denominado de integração, ocorre o fecho da circularidade de formação droga-crime (Nunes, 2011). Aqui, verifica-se uma acentuada dependência entre os sub-estilos acima referidos, devido ao carácter indiferenciado e indissociável deste fenómeno. As integrações destes comportamentos traduzem-se ao nível dos objetivos de vida, sendo que muitos deles se anulam devido ao consumo problemático de substâncias.

Por fim, o ultimo estado que compõe a formação droga-crime, é o estado de implosão que se caracteriza pela completa integração das duas condutas, seguida da desintegração dos vínculos sociais do sujeito (Nunes, 2011). Com isto, a formação deste fenómeno assume uma dinâmica muito característica, dominando a vida do sujeito, de modo a consumir todas as suas áreas (Nunes, 2011).

Estas etapas sofrem a influência de diversos fatores que, apesar de não possuírem um carácter determinante, possuem um peso significativo nas decisões do sujeito e, conseqüentemente, no percurso que o mesmo vai traçando (Nunes, 2011).

## **1.2. Trajetórias desviantes propostas por Agra e Matos (1997)**

O estudo elaborado por Agra e Matos (1997) consistiu numa amostra caracterizada por reclusos a cumprir pena de prisão em estabelecimentos prisionais de Portugal, com historial de toxicoddependência, de modo a perceber, através das suas trajetórias desviantes individuais, quais as trajetórias desviantes “tipo” de modo a evidenciar as regularidades próprias da relação droga-crime. O estudo destas trajetórias só pode, segundo os mesmos autores, ser efetuado através de duas formas: pela reconstituição da história de vida do sujeito ou através do acompanhamento do percurso de vida do mesmo durante um determinado período de tempo.

Os autores recorreram ao método da biografia reconstruída para, junto de uma amostra de 100 reclusos (não primários, toxicoddependentes e sem perturbação psíquica), explorar a relação droga-crime e tipologias de trajetórias desviantes, sob uma perspetiva temporal. Consequentemente, após a recolha e tratamento de dados resultantes do estudo, os autores conseguiram delimitar três tipos de trajetórias desviantes – os delinquentes/toxicoddependentes, os especialistas droga-crime e os toxicoddependentes/delinquentes – caracterizadas em torno da história da vinculação social, do consumo de drogas, da atividade desviante e do contacto com o sistema de controlo social formal.

### **1.2.1. Delinquentes/toxicoddependentes**

Este grupo é caracterizado por ser o mais predominante em meio prisional. Os sujeitos que se enquadram neste grupo evidenciam alterações estruturais desde muito cedo, como por exemplo, uma frágil vinculação sociofamiliar, sendo que esta rotura vinculativa ocorre antes dos 16 anos (Agra & Matos, 1997). Os comportamentos pré-delinquentes iniciam-se por volta dos 10 anos, sendo estes caracterizados por pequenos furtos, relacionados com situações de sobrevivência e com atividades desviantes caracterizadas pelo grupo de pertença.

Estes sujeitos experienciaram o primeiro contacto com drogas leves antes dos 16 anos de idade, enquanto a primeira experiência com drogas duras ocorre aos 19 anos em contexto de grupos de pertença. São caracterizados devido à precoce ligação com a justiça, iniciando com medidas de internamento em instituições de menores.

Conforme Agra e Matos (1997), a trajetória desviante da maioria dos sujeitos neste grupo inicia-se na pré-delinquência, passando pela criminalidade e chegando ao consumo de drogas.

### **1.2.2. Especialista droga-crime**

Os indivíduos que se enquadram neste tipo de trajetória são, ao mesmo tempo, especialistas em droga e em comportamentos delinquentes. Caracterizado por indivíduos descendentes de famílias numerosas, porém com uma estruturação mais consistente que o grupo anterior. A desvinculação com a família de origem ocorre depois dos 17 anos de idade, revelando uma tendência para a reconstituição de laços familiares devido ao elevado número de famílias constituídas (Agra & Matos, 1997). Detentores de estratégias adaptativas a ambientes estruturados e normativos, onde cerca de metade frequenta o ensino regular e os restantes optam pelo absentismo escolar.

Os primeiros contactos com drogas leves ocorrem, normalmente, antes dos 17 anos sendo provocados pela subcultura delinvente ou pela convivência com consumidores regulares de drogas. Os comportamentos desviantes variam entre os 17 e os 19 anos, com a prática de roubo e furto. Contudo, a tendência para a prática de tráfico de estupefacientes não demora até se desenvolver, chegando aproximadamente aos 24 anos com uma grande parte dos indivíduos, sujeitos a intervenção das instâncias formais de controlo (Agra & Matos, 1997). O primeiro contacto com as instâncias formais de controlo, nomeadamente o cumprimento da primeira pena de prisão, tende a ocorrer cinco anos após o início da atividade criminal ou nos primeiros dois anos da manifestação desses comportamentos, e após três anos do início do consumo de drogas duras.

### **1.2.3. Toxicodependentes/delinquentes**

Provenientes de famílias com características mais sólidas sob ponto de vista socioeconómico e estrutural, não existindo conflitos parentais e/ou conjugais visíveis, estes sujeitos demonstram uma forte vinculação relativamente à família de origem, saindo deste agregado apenas quando forma a sua própria família.

O percurso escolar prolonga-se até aos 15 anos, sendo que alguns destes sujeitos chegam a concluir o ensino secundário (Agra & Matos, 1997). Neste caso, os primeiros

contactos estabelecidos com drogas leves ocorrem entre os 14 e os 16 anos de idade e o contacto com drogas duras dá-se aos 19 anos. Os comportamentos criminosos iniciam-se em idade compreendidas entre os 17 e os 22 anos, sendo o roubo, o furto e o tráfico de estupefacientes os crimes mais intensificados devido ao consumo (Agra & Matos, 1997). O crime, para o toxicodependente/delinquente, tem um papel instrumental e oportunista, praticando-o se necessário e quando necessário (Agra, 1998).

A trajetória desviante neste grupo começa no consumo de drogas leves, passando conseqüentemente para o consumo de drogas duras, sendo ou não associado aos comportamentos desviantes, terminando na atividade criminal (Agra & Matos, 1997).

### **1.3. Contextualização do fenómeno droga em meio prisional**

“O fenómeno das drogas, tanto no que diz respeito aos crimes como no que se refere aos consumos, domina o panorama prisional.” (Torres & Gomes, 2002)

Tal como acontece em meio livre, a circulação de substâncias dentro dos estabelecimentos prisionais é uma realidade vivida em todos os países desenvolvidos, independentemente dos seus sistemas penais e jurídicos (Torres et al., 2001). Apesar de não o ser permitido, a entrada de substâncias ilegais dentro dos estabelecimentos prisionais é um fenómeno reconhecido tanto por decisores políticos europeus como por peritos prisionais (OEDT, 2009, 2010). Segundo Torres et al. (2001), a entrada de estupefacientes torna-se facilitada devido à diversidade e regularidade de pessoas que entram num estabelecimento prisional, sejam estas visitas, prestadores de serviço e até mesmo o staff prisional. No entanto, o facto de alguns reclusos beneficiarem de contacto com o exterior – regime aberto ao exterior – torna a instituição vulnerável a este fenómeno.

Contudo, no que se refere à continuidade do consumo por parte dos reclusos após o início da reclusão, grande parte refere que o consumo de substâncias reduz ou cessa, devido à dificuldade de aquisição de substâncias (OEDT, 2009, 2010). Porém, baixa é a percentagem de reclusos que cessam o consumo após a entrada na prisão. Segundo o estudo de Negreiros (1997), que pretendia entender a relação entre o consumo de estupefacientes e o comportamento criminal, revela que 70% dos sujeitos que constituíam a sua amostra consumiam regularmente antes do período de reclusão e assumiam o consumo de pelo menos uma substância psicoativa. Agra (2008), menciona

que a população reclusa declara mais consumos de drogas em comparação com a população em meio livre, afirmando que em Portugal cerca de três quartos da população prisional consome com regularidade.

Estudo realizados no ano de 2002, relativamente ao consumo de drogas na população prisional, refere que entre 1% e 50% dos reclusos referem ter consumido substância psicoativas na prisão, sendo que uma percentagem afirma consumir drogas regularmente (OEDT, 2009). Conforme o relatório anual OEDT (2010), em concordância com estudos realizados em 2007 e desenvolvidos em Portugal, 12% da população reclusa assume consumir drogas regularmente.

Com o abuso de drogas e o aumento de casos tipificados como crime adotados na Lei 30/2000 de 29 de Novembro, o consumo e a posse passaram a ser penalizados no interior dos estabelecimentos prisionais. Deste modo e de forma a combater os problemas causados pelo aumento do consumo de drogas, foi tipificado no Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade, no artigo 104.º que, quem possuir ou transaccionar substâncias ilícitas no interior do estabelecimento prisional sem autorização, incorre numa infracção, sujeito a medidas disciplinares prevista no artigo 105.º do mesmo Código.

No entanto, apesar de ser um fenómeno penalizado no interior das prisões, o número de consumo revela-se preocupante. A circulação ilícita do produto dentro dos estabelecimentos prisionais tem como efeito, entre outros, multiplicar de forma acentuada o preço das substâncias em relação ao preço praticado em meio livre (Torres et al., 2001). Assim, esta situação pode ser encarada como uma oportunidade para o negócio, por reclusos que estejam a cumprir pena por tráfico de droga e por outros com sentido de oportunidade para o negócio. Apesar dos riscos óbvios que estes reclusos correm, uma vez que é uma prática punível pelo Código de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade, são sujeitos que devido ao tempo livre que possuem e ao contacto direto com as regras dos estabelecimentos prisionais, conseguem ludibriar as mesmas, arranjando esquemas para consumir negócio (Torres et al., 2001).

Atualmente, segundo as estatísticas prisionais relativas ao 1.º trimestre deste ano, existem 2.301 reclusos a cumprir pena por crimes relativos a estupefacientes, sendo que 1.883 são relativos ao crime de tráfico e 393 ao crime de tráfico e consumo (Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, 2016).

#### **1.4. Intervenção no âmbito da toxicodependência em Estabelecimentos Prisionais**

Com a entrada em vigor da Lei 30/2000 de 29 de Novembro, suprarreferida, várias mudanças foram inseridas no sistema de justiça, nomeadamente para combater os problemas causados pelo progressivo aumento do consumo de substâncias psicotrópicas, sendo que uma das grandes inovações foi a formação de programas de tratamento de toxicodependentes no interior dos estabelecimentos prisionais. Esta prevenção/intervenção realizada no meio carcerário visa rentabilizar o tempo de reclusão de modo a promover estilos de vida saudáveis e implementar programas de promoção de saúde e prevenção de doenças (Ferreira, Novais & Santos, 2010).

Sendo o uso de drogas considerado um problema complexo que deve ser contemplado na sua continuidade, a existência de um sistema prestador de cuidados de saúde no meio prisional torna-se crucial (Almeida, Duarte & Gomes, 2003). O relatório anual do ano de 2000, do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência, refere a criação do *“Programa Especial de Prevenção da Toxicodependência nos Estabelecimentos Prisionais (PEPTEP) que regulamenta as intervenções neste domínio, traduzindo, na prática, o capítulo referente às Prisões de Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga [que visa] três vertentes principais: tratamento, reinserção social e redução de danos.”*

Atualmente, os Estabelecimentos Prisionais podem prestar apoio ao recluso toxicodependente através das Unidades Livres de Droga, Programas de Motivação para o Tratamento, Programas de Substituição com Metadona, Programa de Antagonistas e facilitação do acesso a programas de tratamento promovidos pelos Centros de Atendimento a Toxicodependentes (CAT's) do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência e por Instituições Particulares de Solidariedade Social (DGSP, 2016).

No que se refere às Unidades Livres de Droga, estas existem nos Estabelecimentos Prisionais de Lisboa, Porto, Santa Cruz do Bispo, Tires e Leiria. São espaços físicos diferenciados e independentes das zonas prisionais, sendo que uma das condições de admissão assenta no voluntariado do recluso (Provedor da Justiça, 1999).

No entanto, os critérios clínicos e de carácter individual e familiar são, também, pontos de avaliação para a admissão do recluso nestas unidades.

Este tratamento conta com uma duração média de 18 meses, contemplando atividades educativas, ocupacionais e terapêuticas (DGSP, 2016), iniciando-se com um período de isolamento de modo a consolidar a abstinência das substâncias, passando, *a posteriori*, para a participação de reuniões individuais e em grupo (Provedor de Justiça, 1999).

A motivação para o tratamento é considerado, na área da toxicodependência, um ponto crucial para o processo de mudança e tratamento (Cahili et al, 2003, *cit. in* Janeiro, 2007). Deste modo, foram criados programas de motivação para o tratamento, constituídos por intervenções psicológicas e técnicas de confronto suportadas por uma estratégia condicionada pela avaliação da relação terapêutica (Janeiro, 2007). Este tratamento tem como objetivo o reconhecimento do problema, a ambivalência e a disponibilidade para mudar no indivíduo toxicodependente.

Quanto ao programa de substituição com metadona, administrado em alguns estabelecimentos prisionais, tem como principal objetivo travar a deterioração provocada pelo consumo de drogas, após verificada a impossibilidade de mudança de comportamento do toxicodependente. Relativamente aos critérios de admissão, estes assentam essencialmente, no facto de o recluso toxicodependente no momento da detenção já se encontrar neste tratamento, possuir vários anos de consumo de estupefacientes e inúmeras tentativas falhadas de tratamento.

No que se refere ao programa de antagonistas, estes são considerados um programa de desabituação, caracterizado principalmente pela utilização de uma substância antagonista opiácea (naltrexona) que bloqueia os efeitos e respostas objetivas e subjetivas causadas pelos opiáceos (UMAD, 2016).

Esta substância não produz no sujeito tolerância, dependência ou sintomas de abstinência caso haja uma interrupção do tratamento (UMAD, 2016).

Os Centros de Atendimento a Toxicodependentes (CAT's) do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência através da articulação mantida com os estabelecimentos prisionais asseguram a continuidade dos tratamentos iniciados no exterior (Fernandes & Silva, 2009).

Estes tratamentos são da inteira responsabilidade da Direção Geral de Serviços Prisionais (DGSP), dando continuidade aos tratamentos iniciados em liberdade ou propor outros indivíduos para tratamento, sendo estes acompanhados por técnicos responsáveis pelos programas de intervenção (DGSP, 2016).

No entanto, nem todos os estabelecimentos prisionais têm protocolo celebrado com o CAT e, quando o têm, nem todos os reclusos podem usufruir dos seus serviços devido ao grande número de população toxicodependente no sistema prisional (Almeida, Duarte & Gomes, 2003).

---

## **Capítulo II – Estudo Empírico**

## **2.1. Metodologia**

Como referido, o presente projeto tem como objetivo central analisar as trajetórias desviantes droga-crime propostas por Agra e Matos (1997) numa amostra composta por 278 reclusos, que estejam a cumprir pena por crimes relativos a estupefacientes em estabelecimentos prisionais sitos na zona norte do país, que apresentem historial de consumo de drogas.

Desta forma, e tendo em vista alcançar os objetivos suprarreferidos, optar-se-á pela realização de um estudo transversal e de carácter quantitativo, usando o método do inquérito suportado pela técnica de questionário. Segundo Alves (2006), as principais vantagens dos questionários prendem-se com o facto de que nem sempre é necessária a presença do investigador, de se poder administrar a um grande número de sujeitos e de serem flexíveis ao ponto de possibilitar a recolha de uma grande variedade de informação. No entanto, neste caso, a presença do investigador deverá ser garantida uma vez que poderá surgir dificuldades por parte dos sujeitos que compõem a amostra em ler ou compreender o que é pedido no inquérito.

A escolha desta metodologia deve-se ao facto de ser a mais indicada, uma vez que a amostra pode apresentar um grande número de sujeitos e também porque permite uma melhor compreensão do fenómeno em estudo. Logo, não se optou pela metodologia qualitativa uma vez que esta remete para a qualificação, descrição, classificação e compreensão do estudo (Oliveira, 2012), e não é o pretendido neste projeto.

### **2.1.1. Caracterização da amostra**

A seleção da amostra foi orientada no sentido de se conseguir recolher dados com peritos experienciais sobre o fenómeno em estudo: a relação droga-crime. Deste modo, a recolha de dados deverá ser consumada junto de reclusos a cumprir pena por crimes relativos a estupefacientes, que não apresentem anomalia psíquica e que apresentem historial de consumo de drogas. O primeiro critério justificou-se com o modo de assegurar que todos os participantes possuíam um historial de contacto com drogas, agregado ao facto de serem consumidores. O segundo critério justificou-se

sobretudo por questões éticas e pragmáticas, de modo a facilitar os processos de obtenção de consentimento informado e de recolha de dados.

A escolha desta amostra incide no facto de existir poucos estudos nesta vertente, principalmente no que diz respeito a uma amostra representativa da população reclusa portuguesa.

### **2.1.2. Descrição da metodologia**

Inicialmente e antes de dar início ao estudo, deverá ser elaborado um pedido de autorização formal (cf. Anexo A), dirigido aos autores do questionário Relações Droga-Crime (RDC) (Cruz et al., 2013), de modo a que estes tomem conhecimento da utilização do instrumento da sua autoria, para o estudo em questão.

Deste modo, e com base na relevância de fatores definidos anteriormente e de modo a analisar as trajetórias desviantes droga-crime de cada indivíduo que compõe a amostra, será administrado um questionário de recolha de dados sobre as Relações Droga-Crime (RDC) (Cruz et al., 2013) (cf. Anexo B), sendo que este será adaptado de modo a recolher apenas a informação pertinente para alcançar os objetivos propostos, após a devida autorização por parte dos seus autores. Este questionário é composto, sobretudo, por questões fechadas no entanto apresenta possibilidade dos participantes exporem informação adicional. Apresenta questões acerca do consumo de drogas e comportamentos delinquentes do indivíduo, não colocando de parte as informações a nível sociocultural, individual e familiar do indivíduo. Assim, o questionário encontra-se dividido em três partes:

- I. Dados sociodemográficos, onde se encontram questões relacionadas com o agregado familiar do indivíduo, percurso escolar e laboral;
- II. Comportamento antes da entrada no estabelecimento prisional, de modo a perceber com que idade iniciou os comportamentos delinquentes e os consumos, entre outras;
- III. Comportamento desde que se encontra no estabelecimento prisional, com questões que permitem perceber se o indivíduo já realizou algum tipo de tratamento e também questões relacionadas com o tipo de crime e o respetivo motivo.

A escolha deste instrumento justifica-se pelo carácter abrangente do mesmo de modo a facilitar o alcance dos objetivos propostos e por se verificar questões mais atuais, uma vez que foi elaborado no ano de 2013.

### **2.1.3. Procedimento**

Em primeiro lugar, como parte da conduta de investigação, deverá ser solicitado à Direção Geral de Serviços Prisionais (DGSP) e às direções dos Estabelecimentos Prisionais onde se pretende realizar a investigação, uma autorização formal (cf. Anexo C e D) para a realização do estudo bem como para a aplicação do instrumento suprarreferido. Deverá ser pedida, também, uma autorização formal aos autores do questionário que será aplicado.

Após dada a devida autorização de ambas as direções, será elaborado, previamente, uma declaração de consentimento informado (cf. Anexo E), que será entregue e posteriormente à leitura do mesmo, rubricada por cada participante caso este esteja de acordo e aceite participar, de forma livre e voluntária, na investigação. Este deverá ser entregue antes do participante iniciar o questionário. Os participantes, antes de responderem ao questionário, deverão ser informados, novamente, sobre a natureza do estudo, do seu propósito e da confidencialidade e anonimato do mesmo podendo recusar ou cessar a sua participação a qualquer momento.

Posteriormente à atribuição de salas para o efeito, serão distribuídos os questionários por pequenos grupos de sujeitos, constituídos por 4 reclusos, dando o tempo necessário para que os mesmos os preencham individualmente, mostrando sempre disponibilidade para esclarecer alguma dúvida.

## **2.2. Resultados esperados**

Por apenas ser uma proposta, este projeto apresenta resultados hipotéticos. No entanto, com esta investigação espera-se obter resultados que permitam alcançar os objetivos propostos inicialmente. Deste modo, após a análise dos dados inquiridos junto da população alvo, espera-se a possibilidade de caracterizar as trajetórias desviantes de acordo com a tipologia dos autores referidos nos objetivos e a analisar as eventuais diferenças entre os resultados obtidos no estudo de Agra e Matos (1997) com os resultados obtidos com esta proposta de estudo.

Sendo este projeto baseado nas trajetórias desviantes droga-crime propostas por Agra e Matos (1997), espera-se que após a análise dos dados, estes estejam de acordo, de um modo geral, com as trajetórias propostas pelos referidos autores, nomeadamente: delinquentes/toxicodependentes, especialista droga-crime e toxicodependentes/delinquentes. Importante será destacar que, apesar de os resultados obtidos neste estudo, se enquadrarem nas propostas suprarreferidas, estes devem também apresentar algumas diferenças comparativamente ao estudo elaborado em 1997 por Cândido Agra e Ana Paula Matos, relativamente, por exemplo, às proporções assumidas por cada trajetória desviante. Estas eventuais diferenças justificam-se com base no espaço temporal que as separam, sendo que os estilos de vida, bem como o modo de pensar e agir da sociedade em geral, sofreram um desenvolvimento típico do passar dos anos.

Espera-se ser possível constatar-se qual o principal crime relativo a estupefacientes que mais se associa ao consumo de drogas na população prisional portuguesa da zona norte.

Por último, e uma vez que uma das questões presentes no inquérito se prende com o facto de os participantes considerarem que o consumo de drogas pode levar ou não ao crime, espera-se ser possível verificar se a preponderância no discurso social, de um modelo explicativo causal e direto, que estabelece que a droga conduz linearmente ao crime, se mantém ou não.

### **2.3. Possível discussão de resultados**

Conforme referido no ponto anterior, uma vez que os resultados obtidos serão posteriormente comparados com o estudo de Agra e Matos (1997), mais concretamente com as trajetórias desviantes propostas pelos mesmos autores, é importante ter em consideração o espaço temporal que separa as duas amostras e os dois estudos. Existem variáveis que, incontestavelmente, mudaram devido ao passar dos anos e, conseqüentemente, influenciam as tomadas de decisão e *à posteriori*, as trajetórias estudadas.

Relativamente aos resultados obtidos por Agra e Matos em 1997 em comparação com os resultados obtidos por Cruz et al. (2013), autores do questionário acima mencionado e seleccionado para aplicação, foi possível verificar que as trajetórias

desviantes propostas por Agra e Matos (1997) permaneciam válidas e exclusivas. Ainda que as proporções da amostra do estudo de Cruz et al. (2013) fosse significativamente menor, a metodologia usada em ambos os estudos também se revelou diferente. Estas diferenças, em conjunto com o espaço temporal que separava os estudos, segundo Cruz et al. (2013), influenciou as proporções assumidas por cada trajetória desviante.

No estudo mais recente, de Cruz et al. (2013), verificou-se a predominância da trajetória toxicodependente/delinquente na população reclusa, diferindo dos resultados obtidos por Agra e Matos (1997), que verificaram que a trajetória predominante na população reclusa seria a delinquente/toxicodependente.

Deste modo, e uma vez que se trata apenas de um projeto, espera-se verificar que as trajetórias propostas por Agra e Matos (1997) permaneçam válidas e exclusivas, tendo em conta as diferenças ao nível da metodologia e da amostra entre estudos.

No decorrer da administração dos questionários poderão ocorrer imprevistos, tais como os reclusos, nesse momento, estarem em algum programa sociocultural ou de carácter educativo ou até mesmo estarem no seu horário de trabalho, o que impossibilita que estes preencham os questionários e leva a que o investigador se desloque mais que uma vez ao estabelecimento prisional, de modo a concluir a amostra definida. Um outro imprevisto deste estudo prende-se com a possível recusa por parte do recluso em participar, uma vez que a participação é de carácter voluntário.

A possibilidade de existir um número reduzido de reclusos a cumprir pena por crimes relativos a estupefacientes em cada estabelecimento prisional, em conjunto com as possíveis recusas por parte dos mesmos em participar no estudo e das respostas dadas pelos mesmos não irem de encontro dos objetivos em estudo, pode tornar-se uma amostra inexecutável.

Espera-se uma boa adesão por parte dos reclusos, podendo-se aproveitar grande parte dos questionários administrados.

## **Conclusão**

Este trabalho teve como finalidade avaliar e caracterizar as trajetórias droga-crime dos reclusos portugueses, tendo como modelo comparativo as trajetórias propostas por Cândido Agra e Ana Paula Matos, em 1997.

Ao longo deste estudo o consumo de drogas não foi considerado um ato isolado, muitas vezes associado à prática do ato criminoso e a condutas antissociais. A literatura mais relevante, acentua a necessidade de perceber qual a interação existente entre essas duas vertentes e qual delas se apresentava como consequência da dinâmica.

Os resultados obtidos com a aplicação do inquérito adaptado deverão coincidir com os descritos pela literatura consultada, nomeadamente as trajetórias desviantes droga-crime de Agra e Matos (1997). Como referido anteriormente, espera-se que com este estudo se alcance os objetivos propostos. Em termos de limitações deste estudo, salienta-se o facto das capacidades cognitivas dos participantes poderem estar afectadas devido ao consumo de drogas. É de realçar também, a possibilidade de não se obter uma informação mais aprofundada e reflexiva dos participantes, nomeadamente acerca da relação droga-crime.

O inquérito administrado e adaptado, apesar das limitações descritas em capítulo anterior, serve os objetivos da investigação, fornecendo a informação necessária para a realização dos mesmos.

Em relação a futuras investigações neste âmbito de estudo, aconselha-se o aumento do número da amostra, não se limitando apenas aos estabelecimentos prisionais da zona Norte do país, ampliando a amostra em estudo para, por exemplo, todos os estabelecimentos prisionais do país, promovendo uma maior fiabilidade do estudo. Sugere-se ainda que se aplique o estudo ao sexo feminino, elencando eventuais diferenças entre trajetórias desviantes droga-crime relativamente ao sexo masculino. Relativamente ao inquérito administrado, sugere-se uma melhor adequação das dimensões e questões, de forma a conseguir-se uma consistência significativa em todas as partes constituintes.

Com o presente trabalho pretendeu-se contribuir para o aumento do conhecimento sobre o fenómeno droga-crime e suscitar interesse sobre a mesma temática. No entanto, deve salientar-se a necessidade de se estudar este tema que, de facto, não está esgotado e é urgente, de modo a verificar a evolução das trajetórias consoante o espaço temporal que separa os estudos. É importante ainda salientar que a relevância do presente projeto justifica-se pelo facto de pretender explorar um fenómeno de grande relevância actual, que se caracteriza quer pela sua prevalência e incidência, quer pelos potenciais prejuízos que acarreta.

Do mesmo modo, julga-se importante que se continue a concretizar estudos acerca deste fenómeno, diversificando e ampliando a amostra, de modo a obter uma melhor compreensão e intervenção a este nível. Como afirmam Fernandes & Silva (2009) “os poucos estudos existentes confirmam a gravidade do problema, a forma como perturba a vida prisional, não só pelo próprio consumo mas também pelo tráfico, gerador de grande parte da violência nas prisões para cobrança de dívidas e outros ajustes de contas.”

## **Bibliografia**

Agra, C. (1993). *Dizer as Drogas, Ouvir as Drogas. Estudos teóricos e empíricos para uma ciência do comportamento aditivo*. Porto, Radicário.

Agra, C. (1997a). *Droga-Crime: Estudos Interdisciplinares*. A Criminalização da droga: da emergência à aplicação da lei. Vol.3. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga. Lisboa, Ministério da Justiça.

Agra, C (1997b). *Droga-Crime: Estudos Interdisciplinares*. A experiência Portuguesa: programa de estudos e resultados. Vol.1. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga. Lisboa, Ministério da Justiça.

Agra, C. (1998). *Entre Droga e Crime. Actores, espaços, trajectórias*. 1.<sup>a</sup> Edição. Lisboa, Editorial Notícias.

Agra, C. (2002). *Entre Droga e Crime*. 2.<sup>a</sup> Edição. Lisboa, Editorial Notícias.

Agra, C. (2008). *Entre a Droga e Crime. Actores, espaços, trajectórias*. 2.<sup>a</sup> Edição. Lisboa, Casa das Letras.

Agra, C. & Matos, A. P. (1997). *Droga-Crime – Estudo Interdisciplinares*. Trajectórias Desviantes. Vol.11. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga. Lisboa, Ministério da Justiça.

Alves, N. A. C. (2006). *Investigação por inquérito*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

Almeida, J., Duarte, M. & Gomes, C. (2003). *Crimes, penas e reinserção social: Um olhar sobre o caso português*. Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

Bean, P. (2004). *Drugs and Crime*. In: Nunes, L. (2010). *Crime e comportamentos criminosos*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, p.77.

Brochu, S. (1997). *Droga-Crime: Estudos Interdisciplinares*. O estado da investigação científica na América do Norte, Vol.2. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga. Lisboa, Ministério da Justiça.

Chalub, M. & Telles, L. (2006). Álcool, drogas e crime. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, vol. 28, suplemento II, pp. 69-73 [em linha]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s2/03.pdf>. [Consultado em 25/05/2016].

Cruz, O. *et alii* (2013). *Drogas ilícitas e crime: Ligações e repercussões*. Porto, Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Psicologia da Justiça.

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2016). *Estatísticas Prisionais (1.º Trimestre de 2016)*. Lisboa, Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas

Direcção Geral dos Serviços Prisionais (2016). *Prestação de cuidados de saúde*. [em linha] disponível em: <http://www.dgsp.mj.pt/> [consultado em 30/05/2016].

Fernandes, L. & Silva, M. (2009). *O que a droga fez às prisões – um percurso a partir das terapias de substituição opiácea*. Lisboa, Instituto da Droga e da Toxicodependência.

Ferreira, J., Novais, F. & Santos, E. (2010). Transição e ajustamento de reclusos ao estabelecimento prisional. *Psychologica*, Volume II, pp. 209-242.

Goldstein, J. (1979). *Prostitution and Drugs*. Lexington, Lexington Books.

Goldstein, J. (1985). *The drugs/violence nexus: a tripartite conceptual framework*. [em linha]. Disponível em <http://www.drugpolicy.org/docUploads/nexus.pdf>. [Consultado em 24/06/2016].

Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (2000). *A situação do País em matéria de drogas e toxicodependências: relatório anual 2000*. Lisboa, Instituto Português da Droga e da Toxicodependência.

Janeiro, L. (2007). Motivação para o tratamento: estratégias psicoterapêuticas no tratamento da toxicodependência. *Toxicodependências*, Volume 13, Número 1, pp. 49-58.

Lei n.º 30/2000 de 29 de Novembro. Diário da República. Publicado no DR 276, Série I de 2000-11-2.

Mendes, P. (2010). *Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade*. Coimbra, Almedina.

Negreiro, J. (1997). *Droga-Crime: Estudos interdisciplinares*. Consumo de Drogas nas Prisões Portuguesas. Vol.4. Gabinete de Planeamento e de Cooperação do Combate à Droga. Lisboa, Ministério da Justiça.

Nunes, L. & Jóluskin, G. (2007). *Drogas e Comportamentos de Adição: Um manual para estudantes e profissionais de saúde*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Nunes, L. (2010). *Crime e comportamentos criminosos*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Nunes, L. (2011). *Droga-Crime: (Des)Construções*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

OEDT (2009). *Relatório Anual: a evolução do fenómeno droga na Europa* [em linha]. Disponível em [http://www.min-saude.pt/NR/rdonlyres/3125D77D-636B-4CAE-8445-B8223A3FA948/0/att\\_93236\\_PT\\_EMCCDDA\\_AR2009\\_PT.pdf](http://www.min-saude.pt/NR/rdonlyres/3125D77D-636B-4CAE-8445-B8223A3FA948/0/att_93236_PT_EMCCDDA_AR2009_PT.pdf). [Consultado em 03/06/2016].

OEDT (2010). *Relatório Anual: a evolução do fenómeno droga na Europa* [em linha]. Disponível em

[http://www.emcdda.europa.eu/attachements.cfm/att\\_120104\\_PT EMCDDA AR2010 PT.pdf](http://www.emcdda.europa.eu/attachements.cfm/att_120104_PT EMCDDA AR2010 PT.pdf) [Consultado em 03/06/2016].

Oliveira, J. (2012). *Delinquência juvenil: Estudo qualitativo com adolescentes*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

Otero-López, J. (1997). *Droga y delincuencia. Un acercamiento a la realidad*. Madrid, Ediciones Pirámide.

Poiares, C. (1998). *Análise Psicocriminal das Drogas – o Discurso do Legislador*. Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da universidade do Porto para obtenção do grau de Professor Doutor, orientada por Cândido Agra.

Provedor de Justiça (1999). *As nossas prisões – II*. Lisboa, Provedoria da Justiça.

Torres, A. & Gomes, M. (2002). *Droga e Prisões em Portugal*. Lisboa, CIES/ISCTE

Torres, A. C. et alii (2001). *Trajectórias e consumos de drogas nas prisões: um diagnóstico*. Lisboa, CIES/ISCTE

UMAD (2016). *Programa de Tratamiento con antagonistas opiáceos (PTANO)* [em linha]. Disponível em [http://www.umad.santiagodecompostela.gal/umad/assitencia/programa.php?txt=programa\\_3&atxt=ambulatorio&lg=cas](http://www.umad.santiagodecompostela.gal/umad/assitencia/programa.php?txt=programa_3&atxt=ambulatorio&lg=cas). [Disponível em 29/06/2016].

---

**Anexos**

---

**Anexo A** – Pedido de autorização para uso do questionário

Exmos. Senhores,

**Assunto: Pedido de autorização para uso de questionário**

O meu nome é Ana Catarina Silva, frequento o último ano do 1.º ciclo de estudos em Criminologia, lecionado na Universidade Fernando Pessoa e, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado, é necessário elaborar um Projeto de Graduação. O meu Projeto de Graduação, orientado pela Professora Doutora Glória Jóluskin, tem como tem “Droga e Crime: Trajetórias presentes na população reclusa portuguesa da zona Norte” e tem como objetivo central, tal como o título indica, analisar as trajetórias desviantes, percebendo também a sua evolução.

Venho por este meio pedir autorização para utilizar o questionário “Relações Droga-Crime”, por vossas excelências elaborado, de modo a administra-lo na população que caracteriza a amostra do meu Projeto de Graduação, adaptando algumas questões.

Agradeço desde já a vossa compreensão.

Atenciosamente,

---

Ana Catarina Silva

---

**Anexo B** – Questionário Relações Droga-Crime (RDC)

## Questionário sobre Relações Droga-Crime

(Cruz et al., 2013)

(Adaptado)

O presente questionário insere-se num Projeto de Graduação de Licenciatura em Criminologia, a decorrer na Universidade Fernando Pessoa, sobre a relação entre droga e crime existentes nos reclusos portugueses.

As suas respostas são confidenciais, destinando-se exclusivamente para fins de investigação científica. Não precisa de se identificar, pelo que este questionário é de carácter anónimo. Interessa-nos a sua resposta de forma mais sincera possível.

Não existem respostas certas ou erradas. Não há limite de tempo.

### I. Questões sociodemográficas

#### 1. Sexo

Masculino

Feminino

#### 2. Idade

\_\_\_\_\_ anos

#### 3. Estado Civil

Solteiro/a

Divorciado/a /Separado/a

Casado/a /União de facto

Viúvo/a

#### 4. Composição da família de origem (idades e situação profissional)

Elementos	Idades	Situação Profissional
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

**5. Quanto tempo permaneceu junto da família de origem?**

\_\_\_\_\_

**6. Já esteve colocado em alguma instituição para menores?**

Sim  Não

**7. Se sim, em que idade(s)?**

\_\_\_\_\_ Anos

**8. Qual(is) o(s) motivo(s)?**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**9. Constituiu família?**

Sim  Não

**10. Se sim, em que idade constituiu, qual a duração e o número de filhos?**

Idade	Duração	Nº de filhos
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

**11. Na idade adulta e antes da reclusão, onde residia?**

Casa própria	<input type="checkbox"/>	Instituições	<input type="checkbox"/>
Casa dos pais	<input type="checkbox"/>	Local incerto	<input type="checkbox"/>
Casa de familiares/amigos	<input type="checkbox"/>	Outro	<input type="checkbox"/>
		Qual? _____	

**12. Em que local está situada a sua residência?**

Zona Urbana Normal	<input type="checkbox"/>	Zona Urbana Social	<input type="checkbox"/>
Meio Rural	<input type="checkbox"/>	Zona Suburbana	<input type="checkbox"/>
Outro	<input type="checkbox"/>	Qual? _____	

**13. Duração do percurso escolar**

Início \_\_\_\_\_

Fim \_\_\_\_\_

**14. Escolaridade**

- |                                    |                          |                   |                          |
|------------------------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------|
| Sem escolaridade                   | <input type="checkbox"/> | Ensino Secundário | <input type="checkbox"/> |
| 1.º ciclo (antigo ensino primário) | <input type="checkbox"/> | Ensino Superior   | <input type="checkbox"/> |
| 2.º ciclo (antigos 5.º e 6.º anos) | <input type="checkbox"/> |                   |                          |

**15. A sua escolaridade é completa ou incompleta?**

Completa  Incompleta

**16. Se é incompleta, porque motivo?**

- |                             |                          |                        |                          |
|-----------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| Fugas                       | <input type="checkbox"/> | Absentismo             | <input type="checkbox"/> |
| Inadaptação                 | <input type="checkbox"/> | Falta de motivação     | <input type="checkbox"/> |
| Dificuldade de aprendizagem | <input type="checkbox"/> | Dificuldade económicas | <input type="checkbox"/> |
| Reprovações                 | <input type="checkbox"/> |                        |                          |

**17. Com que idade iniciou o seu percurso laboral?**

\_\_\_\_\_Anos

**18. Profissão**

\_\_\_\_\_

**19. Qual era a sua situação profissional antes de ser detido/a?**

- |                                 |                          |             |                          |
|---------------------------------|--------------------------|-------------|--------------------------|
| Trabalhador por conta de outrem | <input type="checkbox"/> | Reformado/a | <input type="checkbox"/> |
| Desempregado/a                  | <input type="checkbox"/> | Doméstico/a | <input type="checkbox"/> |
| Estudante                       | <input type="checkbox"/> |             |                          |

**20. Qual a sua principal fonte de rendimentos?**

- |                        |                          |                               |                          |
|------------------------|--------------------------|-------------------------------|--------------------------|
| Salário                | <input type="checkbox"/> | Rendimento Social de Inserção | <input type="checkbox"/> |
| Subsídio de desemprego | <input type="checkbox"/> | Rendimentos familiares        | <input type="checkbox"/> |
| Pensões                | <input type="checkbox"/> | Fontes ilegais                | <input type="checkbox"/> |

## II. Comportamento antes da entrada no estabelecimento prisional

### 21. Com que idade iniciou o consumo de drogas?

\_\_\_\_\_Anos

### 22. Qual foi a droga com que se iniciou?

- |              |                          |             |                          |               |                          |
|--------------|--------------------------|-------------|--------------------------|---------------|--------------------------|
| Canabinóides | <input type="checkbox"/> | Anfetaminas | <input type="checkbox"/> | MDMA/Ecstasy  | <input type="checkbox"/> |
| Heroína      | <input type="checkbox"/> | Cocaína     | <input type="checkbox"/> | Ácidos        | <input type="checkbox"/> |
| Crack        | <input type="checkbox"/> | Ketamina    | <input type="checkbox"/> | Alucinogénios | <input type="checkbox"/> |
| Outro        | <input type="checkbox"/> | Qual? _____ |                          |               |                          |

### 23. De que forma consumiu essa droga?

- |         |                          |                       |                          |
|---------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Fumada  | <input type="checkbox"/> | Injetada              | <input type="checkbox"/> |
| Inalada | <input type="checkbox"/> | Ingerida por via oral | <input type="checkbox"/> |
| Outro   | <input type="checkbox"/> | Qual? _____           |                          |

### 24. Como adquiriu essa droga?

- |             |                          |         |                          |
|-------------|--------------------------|---------|--------------------------|
| Comprada    | <input type="checkbox"/> | Furtada | <input type="checkbox"/> |
| Oferecida   | <input type="checkbox"/> | Outra   | <input type="checkbox"/> |
| Qual? _____ |                          |         |                          |

### 25. A quem adquiriu essa droga que consumiu?

- |            |                          |               |                          |
|------------|--------------------------|---------------|--------------------------|
| Amigos     | <input type="checkbox"/> | Traficantes   | <input type="checkbox"/> |
| Familiares | <input type="checkbox"/> | Desconhecidos | <input type="checkbox"/> |

### 26. Em que contexto decorreu?

- |                       |                          |                         |                          |
|-----------------------|--------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Com amigos            | <input type="checkbox"/> | Com colegas de trabalho | <input type="checkbox"/> |
| Com familiares        | <input type="checkbox"/> | Com vizinhos            | <input type="checkbox"/> |
| Com colegas de escola | <input type="checkbox"/> | Outro                   | <input type="checkbox"/> |
| Qual? _____           |                          |                         |                          |

**27. Qual o motivo que levou ao consumo?**

- Problemas sentimentais  Influência de amigos   
Problemas familiares  Curiosidade   
Problemas laborais  Outro  Qual? \_\_\_\_\_

**28. Alterações no consumo e tipo de droga ao longo do tempo:**

Idade	Tipo de droga	Modo de aquisição	Forma de consumo
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

**29. Com que frequência consumia?**

- Uma vez de 6 em 6 meses  Mensalmente   
Semanalmente  Diariamente   
Se diariamente, quantas vezes ao dia? \_\_\_\_\_

**30. Com que idade iniciou os comportamentos desviantes?**

\_\_\_\_\_Anos

**31. Tipos de comportamento e motivos:**

- Fugas  Motivo \_\_\_\_\_  
Vadiagem  Motivo \_\_\_\_\_  
Prostituição  Motivo \_\_\_\_\_  
Roubo  Motivo \_\_\_\_\_  
Recetação  Motivo \_\_\_\_\_  
Furto  Motivo \_\_\_\_\_  
Outro  Motivo \_\_\_\_\_

**32. Em que circunstância ocorreu esse comportamento?**

- Sozinho  Sob efeito de droga  Qual? \_\_\_\_\_  
Em grupo  Sem efeito de droga   
Em período de abstinência  Outro  Qual? \_\_\_\_\_

**33. Quais foram as consequências desse comportamento?**

- |                          |                          |                                       |                          |
|--------------------------|--------------------------|---------------------------------------|--------------------------|
| Medida tutelar educativa | <input type="checkbox"/> | Obrigatoriedade de tratamento         | <input type="checkbox"/> |
| Trabalhos comunitários   | <input type="checkbox"/> | Cumprimento de pena de prisão efetiva | <input type="checkbox"/> |
| Absolvição               | <input type="checkbox"/> | Outro                                 | <input type="checkbox"/> |
| Pena Suspensa            | <input type="checkbox"/> | Qual? _____                           |                          |

**34. Já efetuou algum tipo de tratamento de desintoxicação?**

- Sim  Não

**35. Se sim, porque motivo?**

- |  |                          |                |                          |
|--|--------------------------|----------------|--------------------------|
| Pressão familiar                           | <input type="checkbox"/> | Voluntário     | <input type="checkbox"/> |
| Incentivo de amigos                        | <input type="checkbox"/> | Ordem judicial | <input type="checkbox"/> |
| Pedido do cônjuge/companheiro/a/namorado/a |                          |                | <input type="checkbox"/> |

**III. Comportamento desde que se encontra no estabelecimento prisional**

**36. Qual a sua situação prisional?**

- Primário  Reincidente

**37. Há quanto tempo se encontra em reclusão?**

\_\_\_\_\_ Dias \_\_\_\_\_ Meses \_\_\_\_\_ Anos

**38. Já efetuou algum tratamento de desintoxicação na prisão?**

- Sim  Não

**39. Quais e porque motivo?**

Tipos de tratamento	Motivo
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

**40. O motivo da sua prisão foi tráfico de drogas?**

Sim  Não

**41. Se sim, quais foram as drogas?**

Canabinóides  Anfetaminas  MDMA/Ecstasy   
Heroína  Cocaína  Ácidos   
Crack  Ketamina  Alucinogénios   
Outro  Qual? \_\_\_\_\_

**42. O crime que originou a sua prisão tinha como objetivo obter dinheiro para o consumo de drogas (expeto tráfico de drogas)?**

Sim  Não

**43. Relativamente ao mundo da droga e do crime, considera-se inserido em que grupo?**

Consumidor  Consumidor e traficante   
Traficante  Nenhum

**44. Na sua opinião, considera que o abuso de drogas leva ao crime?**

Sim  Não

**45. Explique porquê.**

---

---

---

---

**OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!**

---

**Anexo C – Autorização formal Direção Geral Serviços Prisionais**

Exmo. Senhor Diretor Geral dos Serviços Prisionais,

**Assunto: Pedido de Autorização para realização de investigação**

O meu nome é Ana Catarina Silva, frequento o terceiro e último ano do 1º ciclo de estudos em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa e, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciado é necessário elaborar um Projeto de Graduação. Este, orientado pela Professora Doutora Glória Jólluskin, tem como título “*Droga e Crime: Trajetórias presentes na população reclusa portuguesa da zona Norte*” e tem como objetivo central analisar essas trajetórias, individualmente, de modo a perceber a evolução das mesmas na população reclusa portuguesa.

Como objetivos secundários, e uma vez que a amostra definida se caracteriza por homens e mulheres, tem-se a determinação de diferenças de trajetórias entre sexos e avaliar se os reclusos se revêm nas trajetórias desviantes estudadas.

Deste modo, será usado um questionário como instrumento, para o levantamento de dados e posterior concretização dos objetivos. Os questionários serão respondidos anonimamente sendo devidamente preservada e respeitada a confidencialidade aquando o tratamento da informação recolhida, sendo estes, também, de carácter voluntário.

Assim sendo, gostaria que me concedesse a autorização para poder recorrer à amostra de reclusos que cumprem pena por crimes relativos a estupefacientes no EPSCB e no EPESCB, com a finalidade de realizar o Projeto de Graduação.

Agradeço desde já a sua colaboração.

Atenciosamente,

---

Ana Catarina Silva

---

**Anexo D – Pedido de Autorização ao Diretor do Estabelecimento Prisional**

### **Pedido de autorização ao Diretor do Estabelecimento Prisional**

No âmbito do Projeto de Graduação, dizendo respeito ao 3º e último ano do 1º Ciclo de estudos em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa, eu Ana Catarina Neves da Silva, sob a orientação da Professora Doutora Glória Jólluskin, venho por este meio requerer a vossa excelência autorização para realizar o estudo intitulado: “*Droga e Crime: Trajetórias presentes na população reclusa portuguesa da zona Norte*” neste Estabelecimento Prisional. Para a realização deste estudo será necessário a realização de questionários aos reclusos a cumprir pena por crimes relativos a estupefacientes.

Declaro que fui informado (a) de todos os objetivos e procedimentos do estudo proposto, e também que a finalidade do questionário se destina exclusivamente a este fim garantindo-se o anonimato.

Porto, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

---

Diretor do Estabelecimento Prisional

---

**Anexo E – Consentimento Informado**

### **Declaração de consentimento informado**

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo-assinado, declaro que aceito participar no estudo intitulado “Droga e Crime: Trajetórias presentes na população reclusa portuguesa da zona Norte”, da responsabilidade de Ana Catarina Silva, no âmbito do projeto de graduação da Licenciatura em Criminologia na Universidade Fernando Pessoa.

Declaro que, antes de tomar a decisão de participar, tomei conhecimento dos objetivos do estudo, bem como dos procedimentos do mesmo, sendo-me dadas garantias de anonimato e confidencialidade. Fui informado(a) do direito que me assiste de recusar participar ou de cessar a minha participação, em qualquer momento, sem quaisquer consequências para mim.

Compreendidas todas as informações que me foram dadas a respeito do estudo, aceito participar voluntariamente, colaborando com total sinceridade.

O participante,

\_\_\_\_\_

\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016